

Da barbárie colonial à política nazista de extermínio

por Rosa Amelia Plummelle-Uribe

A autora de ["A Ferocidade branca"](#) [Albin Michel, 2001] desenvolve uma argumentação original e pertinente que Césaire exprimira com convicção no seu "Discurso sobre o colonialismo", o elo entre as políticas de destruição colonial, o enselvageamento das sociedades europeias e, em retorno, o choque do nazismo sobre essas mesmas sociedades. Afrikara publica o texto numa comunicação dessa militante afro-descendente, apresentada dia 15 de Junho em Berlim no âmbito do Fórum de Diálogo organizado pela secção europeia da Fundação AfricAvenir.

Estamos reunidos aqui para analisar em conjunto o elo histórico que, como um fio condutor, leva da barbárie colonial à política nazista de extermínio. Trata-se de um esforço que visa detectar pelo menos a maioria dos factores que, de maneira directa ou indirecta, teriam favorecido o desenvolvimento político e o desabrochar ideológico da empresa de desumanização que foi a barbárie nazista, na Alemanha e para lá das suas fronteiras.

Esta contribuição será útil a todo o esforço que almeje pôr fim a todo o tipo de discriminação, donde quer que ela venha; a começar pela discriminação que consiste em classificar os crimes, para mais tarde, segundo a identidade das vítimas ou, por vezes, a dos carrascos, seleccionar o crime que se deve condenar. Esta hierarquização dos crimes e, portanto, a da sua condenação, continua sendo um entrave decisivo na luta pela prevenção dos crimes contra a humanidade, entre os quais o crime de genocídio.

Escravatura e tráfico de escravos

Convém precisar logo de princípio que as guerras de conquista e os crimes associados ao domínio colonial, tal como a redução de seres humanos à escravatura, eram já realidade desde tempos imemoriais. Por exemplo, quando o domínio dos árabes muçulmanos se estende em direcção à Europa, o comércio de seres humanos é já uma actividade milenar entre os europeus. O reinado do Islão em Espanha de 711 até 1492 limitou-se a dinamizar o tráfico de escravos dentro de Europa [\[1\]](#) , fazendo do

continente um importante fornecedor de escravos, homens e mulheres, expedidos para os países do Islão.

Os prisioneiros, maioritariamente eslavos, alimentavam o comércio de homens entre Veneza e o império arabo-muçulmano do Mediterrâneo sul. É assim que nas línguas ocidentais a palavra "escravo" ou "eslavo" substitui o "servus" latino para designar os trabalhadores privados de liberdade. Dito doutra maneira, durante vários séculos cristãos europeus venderam outros europeus a comerciantes judeus especializados no fabrico de eunucos [2], mercadoria bastante consumida e fortemente solicitada nos países do império muçulmano.

Investigadores, especialistas em escravatura na Europa medieval, viram no sistema de servidão inaugurado na América pelo domínio colonial um elo de continuação com as instituições esclavagistas da Europa. Jacques Heer disse que "pertence a Charles Verlinden o mérito incontestável pela tese, verdadeiramente pioneira, de ter reparado que a conquista e a exploração coloniais das Américas terem sido largamente inspiradas em certas experiências bem recentes no Mediterrâneo e inscrevem-se em linha direita numa continuidade ininterrupta em precedentes medievais." [3]

Decidi, no entanto, abordar esta análise a partir de 1492, ano da chegada dos europeus ao continente americano. E fiz tal escolha porque, apesar do que acabou de ser dito, a destruição dos povos indígenas da América, a instauração do domínio colonial e o sistema de desumanização dos negros nesse continente não tiveram precedentes na história. E sobretudo, porque o prolongamento desta experiência durante mais de três séculos, condicionou em larga escala a sistematização teórica das desigualdades, entre outras a desigualdade racial, cujas consequências continuam na actualidade.

O primeiro genocídio dos tempos modernos

Os historiadores do século XX, estudando a conquista da América, chegaram mais ou menos a acordo na estimativa do número de habitantes do continente americano antes da invasão. Afirmou-se então que, antes de 1500, à volta de 80 milhões de pessoas habitavam o continente americano. Estes números foram comparados aos obtidos cinquenta anos mais tarde de recenseamentos espanhóis. [4]

Concluiu-se então que, à volta de 1550, de 80 milhões de indígenas não resta mais que 10 milhões. Ou seja, em termos relativos, uma destruição da ordem de 90% da população. Uma verdadeira hecatombe uma vez que, em termos absolutos, trata-se de uma diminuição de 70 milhões de seres humanos. E mais, importa saber que, nos últimos anos, historiadores sul-

americanos chegaram à conclusão que, na realidade, nas vésperas da conquista, havia na América mais de 100 milhões de habitantes. Do ponto de vista europeu estas estimativas são inaceitáveis, e com razão! Se isso fosse verdade, estaríamos perante uma diminuição de 90 milhões de seres humanos.

Mas, para além do número de indígenas exterminados, o comportamento adoptado pelos conquistadores cristãos teve consequências que perduram. Por exemplo, a justificação posterior desse genocídio condicionou a evolução cultural, ideológica e política da supremacia branca em relação aos outros povos não-europeus, e no fim, mesmo dentro da própria Europa.

A situação de impunidade de que beneficiavam os conquistadores deveria fatalmente favorecer o aparecimento muito rápido de práticas bastante inquietantes. Por exemplo, o mau hábito de alimentar os cães com indígenas e por vezes com bebés arrancados às suas mães e lançados como pasto a cães esfomeados. Ou a tendência de se divertir queimando indígenas vivos lançados a piras acesas para os assar. [5] Esse desastre foi a primeira consequência directa daquilo que os manuais de história continuam a chamar 'a descoberta da América'.

A solução africana

Após terem esvaziado o continente americano da sua população, as potências ocidentais nascentes fizeram da África negra uma fornecedora de escravos para a América. Esse empresa desagregou a economia dos países africanos e esvaziou o continente dum parte da sua população, naquilo que é a deportação de seres humanos mais gigantesca que a história da humanidade alguma vez conheceu. Aqui convém lembrar a situação dos países africanos no momento em que foram abordados pelos europeus.

É um facto que, mesmo que o modo de produção em África não fosse fundamentalmente escravagista, essas sociedades conheciam certas formas de servidão. Como dissemos, na Idade Média, a escravatura, tal como a venda de seres humanos, eram prática bastante generalizada e a África não era excepção. Após o século VII a África negra, tal como a Europa após o século VIII, abastece de escravos os países do império arabo-muçulmano.

Parece que nessa época a dimensão e as modalidades do tráfico de escravos não seriam incompatíveis com o crescimento económico nos países a que esse comércio de seres humanos dizia respeito. Admite-se, aliás frequentemente, que é sob o reinado do Islão na Espanha que a Europa começou a sair das trevas da Idade Média. Relativamente à África,

note-se que, no século XV, apesar das investidas do tráfico negreiro arabo-muçulmano, os países desse continente gozavam dum bom nível de bem-estar social.

O despovoamento do continente, assim como a miséria e a indigência dos seus habitantes doentes e esfaimados, descritas pelos viajantes que exploraram a África negra no século XIX, contrastam com os países densamente povoados, a economia florescente, a agricultura abundante, o artesanato diversificado, o comércio intenso, e, sobretudo, com o nível de bem-estar social descritos pelos viajantes, geógrafos e navegadores que exploraram a África negra entre os séculos VIII e XVII, e cujos testemunhos conhecemos presentemente graças a diversas pesquisas, entre outras as de Diop Maes. [6]

Entre os séculos XVI e XIX as guerras e as razias em cadeia provocadas pelos negreiros em busca de cativos, conduziram à destruição quase irreversível da economia, do tecido social e da demografia dos povos africanos. A acumulação dos tráficos árabe e europeu, com a ajuda de armas de fogo, o carácter maciço, na verdade industrial, do tráfico negreiro transatlântico em crescimento constante, causaram em três séculos uma devastação que o continente nunca conhecera até então. Este novo desastre foi a segunda consequência da colonização da América.

Uma empresa de desumanização

No quadro do domínio colonial sobre o continente americano, os indígenas sobreviventes, despojados das suas terras, foram repelidos e encerrados em reservas. Ao mesmo tempo, milhões de mulheres, crianças e homens africanos, arrancados da sua terra e deportados para a América, foram sistematicamente excluídos da espécie humana e reduzidos à categoria de bem móvel ou de sub-humano. A inferioridade racial dos não-brancos e a sua irmã gémea, a superioridade da raça branca, tomaram forma de lei, sendo consagradas pelo cristianismo e consolidadas nos factos.

As potências coloniais, Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Holanda, dotaram-se dum quadro jurídico no qual a desumanização dos negros passaria a ser legal. Consequentemente, cada metrópole tinha o seu arsenal jurídico para regulamentar a sua política genocida no universo concentracionário da América. Nesse aspecto a codificação mais conseguida terá sido o código negro francês [7]. Promulgado em 1685, essa monstruosidade jurídica esteve em vigor até 1848, aquando da segunda abolição da escravatura nas colónias francesas.

É significativo que, pelo menos durante os séculos XVI e XVII, tanto quanto sabemos, não houve uma única voz com autoridade que denunciasse e

condenasse a exclusão legal dos negros da espécie humana. Mesmo durante o século XVIII, que foi o século das Luzes, nenhum dos grandes filósofos exigiu formalmente das autoridades competentes a supressão imediata, real, sem adiamentos, das leis que regulavam esses crimes. [8]

Uma ideologia partilhada unanimemente

Tem-se por hábito ignorar que é graças à racialização da escravatura no universo concentracionário da América, que a superioridade da raça branca e a inferioridade dos negros se tornaram um axioma profundamente enraizado na cultura ocidental. É bom saber que foi essa herança perniciosa do domínio colonial europeu, combinada com os efeitos nefastos dessa mania das Luzes de tudo ordenar, hierarquizar e classificar, que estimulou a criação duma cultura mais ou menos favorável ao extermínio de grupos considerados inferiores.

Entre os séculos XV e XIX, toda a produção literária e científica relativa aos povos indígenas da América procurava justificar o seu extermínio passado e futuro. Após três longos séculos de barbárie colonial sob controlo cristão, um dos princípios validados pelos católicos espanhóis foi a certeza de que matar índios não é um pecado. [9] Essa consciência foi reforçada pelos protestantes anglófonos, convencidos de que o índio bom é o índio morto. Da mesma maneira, toda a literatura relativa à bestialização dos negros no universo concentracionário da América era uma verdadeira propaganda a favor do tráfico negreiro e da escravatura dos negros apresentados como um progresso da civilização.

Quando finalmente se deu o desmantelamento do universo concentracionário da América, a mudança provocada pelas abolições da escravatura teve um alcance deveras limitado. Em primeiro lugar porque o essencial das estruturas e relações sociais e económicas introduzidas pela barbárie institucionalizada quase não sofreram mudança. E também porque o triunfo do pensamento científico sobre a fé religiosa deu à raça dos senhores e aos valores da civilização ocidental uma credibilidade que a religião não beneficiava já junto dos espíritos esclarecidos. Desde esse momento, a colonização e os actos de barbárie que lhe são consubstanciais, por exemplo o extermínio de grupos considerados inferiores, far-se-ão tendo como suporte um discurso científico.

Uma cultura de extermínio

Seria útil um estudo rigoroso sobre o papel dos cientistas ocidentais no desenvolvimento da cultura de extermínio que prevaleceu no século XIX e no princípio do século XX nos países colonizadores. Apesar da sua relação estreita com a nossa análise, esse não é o assunto central desta

comunicação. Podemos, no entanto, revelar algumas pistas para aqueles que queiram retomar o assunto e esclarecer-se.

Parece que, em meados do século XIX, as associações científicas mais prestigiosas foram a Geographical Society, a Anthropological Society em Londres e a Société de Géologie em Paris. Em 19 de Janeiro de 1864 teve lugar uma mesa redonda organizada pela Anthropological Society sobre o tema "a extinção das raças inferiores". Esteve em discussão o direito das raças superiores de colonizar os espaços territoriais considerados vitais para os seus interesses.

No "Journal of the Anthropological Society of London, vol. 165, 1864" foi publicado um relatório dos debates da Conferência. Tratava-se de saber se, em todos os casos de colonização, seria inevitável a extinção das raças inferiores ou se alguma vez seria possível que elas pudessem coexistir com a raça superior sem serem eliminadas. [10] Nessa altura a Inglaterra tinha já cometido, além do genocídio dos indígenas da América do Norte, o dos aborígenes da Austrália, entre eles o dos tasmanianos.

Em França, Albert Sarraut ensinava os alunos da Escola colonial afirmando: "seria pueril opôr às empresas europeias de colonização um pretenso direito de ocupação [...] que perpetuaria em mãos incapazes a vã posse de riquezas sem emprego". [11] Por outro lado, o sociólogo francês Georges Vacher de Lapouge defendia que não havia nada de mais normal que a redução das raças inferiores à escravatura e exigia uma única raça superior nivelada pela selecção.

Cientistas reticentes

Note-se que a maioria dos antropólogos alemães, mesmo convencidos da sua superioridade racial, não partilhavam com os seus colegas britânicos, norte-americanos e franceses a convicção que as raças inferiores devessem necessariamente desaparecer ao contacto com a civilização. O professor Théodore Waitz, por exemplo, desenvolve entre 1859-1862 um trabalho em que contesta os fundamentos das teorias propagadas pelos seus colegas ocidentais empenhados na justificação científica dos extermínios cometidos pelos seus países.

Mais tarde, o seu discípulo George Gerland faz em 1868 um estudo sobre o extermínio das raças inferiores. Nele denuncia a violência física exercida pelos colonizadores como sendo o factor de extermínio mais tangível e afirma que não existe nenhuma lei natural que diga os povos primitivos devam de desaparecer para que a civilização avance. O arrazoado deste cientista alemão pelo direito à vida das raças ditas inferiores é um facto raríssimo neste período da história.

Em 1891 o professor alemão Friedrich Ratzel publica o seu livro "Antropogeografia" onde, no décimo capítulo sub-intitulado "O declínio dos povos de culturas inferiores ao contacto com a cultura", exprime a sua hostilidade em relação à destruição dos povos indígenas: "Tornou-se uma regra deplorável, que os povos fracamente avançados morram ao contacto com os povos altamente civilizados". Isto aplica-se à vasta maioria dos australianos, polinésios, asiáticos do norte, americanos do norte e numerosos povos da África do Sul e da América do Sul.

(...) Os indígenas são mortos, perseguidos, proletarizados e a sua organização social é destruída. A característica principal da política dos brancos é o uso da violência dos fortes contra os fracos. O objectivo é apoderar-se das suas terras. Este fenómeno tomou a sua forma mais intensa na América do Norte. Brancos sedentos de terra amontoam-se entre povoamentos índios fracos e parcialmente desintegrados." [12] Este teria sido o último discurso em que o professor Ratzel exprimiu um ponto de vista tão pouco favorável à extinção dos povos inferiores.

Uma evolução infeliz

As antigas potências negreiras, reunidas em Berlim em 1884-1885, oficializam a divisão da África. A Alemanha apodera-se do controlo do sudoeste africano (ou seja, a Namíbia), do leste africano (correspondendo aos actuais territórios da Tanzânia, do Burundi e do Ruanda) e também do controlo sobre o Togo e Camarões.

A entrada da Alemanha na empresa colonial constitui um hiato sensível entre o discurso dos cientistas alemães de antes dos anos 1890 e o que passarão a ter após os anos de 1890 sobre o mesmo assunto: o extermínio das raças inferiores ou a sua subjugação consoante as necessidades dos conquistadores e o progresso da civilização.

Com efeito, em 1897 o professor Ratzel publica a sua obra "Geografia política" na qual toma a peito o extermínio das raças inferiores. Nela afirma que um povo em desenvolvimento e que necessite de mais terras deve conquistá-las "as quais, por morte ou transferência dos seus habitantes são transformadas em terras inabitadas". [13]

O domínio económico combinado com métodos racistas deu à luz a supremacia branca cristã. A sua ideologia hegemónica reina sem fracções sobre o planeta e vive todo o seu esplendor entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Mesmo nos países antes colonizados, o extermínio das raças inferiores era considerado política oficial.

Uma ideologia triunfante

A maioria dos países da América tornam-se independentes no século XIX. As classes dirigentes desses países crêem-se brancas, por provirem de aventureiros europeus que a mais das vezes violavam mulheres indígenas. Chegados ao poder na sequência de guerras de independência, essas elites sempre se indentificaram com o seu antepassado branco. De facto adoptaram os métodos de extermínio de indígenas herdados da colonização.

Em Abril de 1834 as autoridades da Argentina, país recentemente independente, desencadearam a "Campaña del Desierto" (Campanha do Deserto), cujo objectivo é o extermínio dos indígenas sobreviventes que ocupam a pampa. Dirigida por Juan Manuel de Rosas, Presidente da Argentina desde 1835, essa campanha foi coordenada com o governo do Chile. O primeiro governo constitucional do Uruguai, dirigido por Fructuoso Rivera juntou-se também à Campanha que devia transformar essas terras em espaços inabitados.

Apesar da violência extrema da 'Campanha' nem todos os indígenas são mortos, para grande desgosto do presidente Rosas, para quem os índios se reproduziam como insectos. Para remediar esse fracasso, em 1878, por iniciativa do ministro da Guerra Julio Argentino Roca, o Congresso Nacional argentino vota e aprova a lei "de expansión de las fronteras hasta el Rio Negro" (expansão das fronteiras). É o ponto de partida da segunda "Campanha do Deserto" que deverá esvaziar definitivamente a Pampa da sua população indígena para fazer avançar a civilização.

Um espaço vital antes do seu tempo

A "Campanha" teve lugar na altura em que os sobreviventes indígenas eram acossados por todo o lado no continente. Na América do Norte são massacrados e repelidos a fim de libertar um espaço tornado vital para a instalação de famílias civilizadas, isto é, brancas. Na Argentina o objectivo reconhecido da "Campanha" é o mesmo: substituição da população local por uma população civilizada que possa garantir a incorporação efectiva da Pampa e da Patagónia na nação do Estado Argentino.

Algumas décadas mais tarde Heinrich Himmler defenderá o mesmo princípio de substituição de populações ao afirmar: "O único meio de resolver o problema social é que um grupo mate os outros e se apodere dos seus países." [\[14\]](#) Mas, por enquanto, isso passava-se na América e em detrimento de populações não-europeias. O ministro Roca, responsável

pela segunda "Campanha do Deserto", chegou mesmo a ganhar as eleições de 1880 tornando-se presidente da Argentina.

É certo que algumas vozes se levantaram para criticar a barbárie das atrocidades cometidas durante a Campanha. Mas, numa forma geral, a inferioridade das vítimas não era contestada e o governo de Julio Roca, chamado de conquistador do Deserto, é tido como o fundador da Argentina moderna. A história desse país registou principalmente que foi sob a Presidência de Roca que o país avançou em direcção à separação da igreja e do Estado, ao casamento civil, ao registo civil dos nascimentos e à educação. Uma das maiores cidades da Patagónia tem o nome de Roca.

Não há muito tempo o historiador Félix Luna afirmava, sem se rir, que: "Roca encarnou o progresso, integrou a Argentina no mundo: ponho-me no seu lugar para compreender o que implicava exterminar algumas centenas de índios para poder governar. É preciso considerar o contexto da época, em que se vivia uma atmosfera darwinista que favorecia a sobrevivência do mais forte e a superioridade da raça branca (...) Com erros e abusos, com um custo, Roca construiu a Argentina que nós gozamos hoje em dia: os parques, os edifícios, o palácio das Obras Sanitárias, o dos Tribunais, a Casa do Governo." [\[15\]](#)

Extermináveis, pois inferiores

Notar-se-á que, após o primeiro genocídio dos tempos modernos, cometido pelos cristãos na América a partir de 1492, a situação dos povos não-europeus em geral e dos negros em particular encontra-se ritmada pelas exigências da supremacia branca. No universo concentracionário da América, o negro, excluído da espécie humana, na forma de sub-humano ou de bem móvel, não foi jamais reintegrado ou reinstalado na sua humanidade. E os indígenas sobreviventes foram massivamente massacrados para tornar inabitáveis as suas terras.

Na África o povo congolês sob a administração desse carrasco que foi o Rei Leopoldo, foi submetido a formas de subjugação que causaram a destruição de metade da população, que passou de vinte milhões a 10 milhões de habitantes. [\[16\]](#) Nesse mesmo continente a Alemanha também, tal como outros antes dela, aplicará os bons princípios da colonização. Entre 1904 e 1906, ou seja, no intervalo de dois anos, os alemães exterminaram três quartos do povo Herero. Sem contar os mortos dos Nama, Baster, Hotentotes, etc. [\[17\]](#)

No quadro do domínio colonial alemão na Namíbia, o professor Eugen Fischer irá estudar em 1908, entre os Baster instalados em Rehoboth, "o problema da bastardização entre os seres humanos". As recomendações

do investigador são sem rodeios. Pode-se ler no seu tratado sobre os mestiços: "Que se lhes garanta portanto o nível preciso de protecção que lhes seja necessário, como raça inferior à nossa, nada mais, e unicamente na medida em que nos forem úteis. Doutra forma, que entre em jogo a livre concorrência, isto é, na minha opinião, que desapareçam." [18]

Este trabalho, no qual o professor Fischer considerava ter demonstrado cientificamente a inferioridade dos negros, fez a glória do seu autor, cujo prestígio passou além das fronteiras do seu país. Anos mais tarde, quando em 1933 Adolf Hitler chega ao poder na Alemanha, o professor Fischer, muito naturalmente, porá ao serviço da política racial do novo Estado o prestígio e a autoridade que lhe conferiram a condição de cientista de renome mundial. De facto, foi esse o caso do establishment científico em conjunto. [19]

O perigo de se ser classificado como inferior

É um facto verificável que, nos finais do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, o extermínio de seres inferiores ou a programação do seu desaparecimento era uma realidade que não levantava grandes vagas de solidariedade para com as vítimas. É por isso que os dirigentes nazistas se aplicaram a convencer os alemães que os judeus, tal como os eslavos e outros grupos, eram diferentes e consequentemente inferiores.

É nesse contexto, tão favorável ao extermínio dos inferiores, que os conselheiros científicos do plano quadrienal encarregado de planificar a economia da Alemanha nazista, levando a lógica da aniquilação mais longe que os seus predecessores, e numa combinação, tão terrível quanto sinistra, de factores ideológicos e motivações utilitárias, programaram o extermínio do Leste, de 30 milhões de seres humanos.

No seu ensaio "Os arquitectos do extermínio ", Susanne Heim e Götz Aly sublinham que os planificadores da economia, escolhidos não em função da sua militância política, mas da sua competência profissional, basearam o seu processo sobre considerações puramente económicas e geopolíticas, sem a mínima referência à ideologia racial. Narram o relatório duma reunião durante a qual os conselheiros económicos explicaram, na presença de Goebbels, o seu plano de aprovisionamento alimentar.

Este último anotou no seu diário em 2 de Maio de 1941 que: "A guerra não pode continuar a menos que a Rússia forneça víveres a todas as forças armadas alemãs durante o terceiro ano da guerra. Milhões de pessoas morrerão certamente de fome se os víveres que nos são necessários forem retirados ao país" [20] Com efeito, esse plano deveria fazer morrer à volta de 30 milhões de eslavos numa primeira altura. Mas isso deveria assegurar

o aprovisionamento de víveres durante um ano e, para mais, tornar inabitáveis terras onde famílias alemãs seriam instaladas.

Uma tradição sinistra

Assim, Hermann Göring, cujo pai fora o primeiro governador alemão da Namíbia, podia afirmar em 1941 ao seu camarada, o ministro italiano dos Negócios estrangeiros, o conde Ciano que: "Este ano, entre 20 a 30 milhões de pessoas morrerão de fome na Rússia. Talvez seja o melhor, uma vez que certas nações devem de ser dizimadas." [21] Aqueles que, numa associação extrema de ideologia racista e motivação utilitária, programavam o extermínio de 30 milhões de eslavos, podiam programar sem estados-de-alma o extermínio dum outro grupo também considerado inferior, neste caso, os judeus.

Não é por acaso que o professor Wolfgang Abel: "encarregado pelo alto-comando das forças armadas de realizar estudos antropológicos sobre prisioneiros de guerra soviéticos, propôs entre outras opções a liquidação do povo russo" [22] O professor Abel fora discípulo do professor Fischer antes de se tornar seu assistente. Juntos, foram os primeiros peritos científicos encarregados de seleccionar aqueles que, culpados de não serem arianos, deveriam ser exterminados em Auschwitz ou algures. [23]

Quanto aos soviéticos: "Em 1 de Fevereiro de 1942, de 3,3 milhões de soldados do Exército Vermelho feitos prisioneiros, 2 milhões haviam já morrido nos campos alemães ou no decurso dos transportes, ou seja 60%. Se se descontar as três primeiras semanas da guerra, no decurso das quais os primeiros prisioneiros teriam podido sobreviver graças às reservas corporais, o número correspondia a uma taxa de mortalidade de 10 mil homens por dia." [24]

A tragédia de uns e o lucro de outros

A grande maioria dos alemães, contente de se encontrar do lado bom, aceitou o facto consumado, isto é, a exclusão dos não-arianos, e dele tirou todos os benefícios possíveis. É preciso dizer que, na época, a solidariedade para com os grupos considerados inferiores não fazia de facto sucesso na cultura dominante. Vários séculos de matraqueamento ideológico para justificar o esmagamento dos povos colonizados e subjugados decerto não favoreceu a humanidade dos que ganhavam com isso. [25]

Como diz tão bem Aly: "O governo nazista realizou o sonho dum automóvel popular, introduziu um conceito de férias praticamente desconhecido até então, duplicou o número de dias de férias e pôs-se a desenvolver o

turismo de massa que nos é hoje familiar. (...) Também a libertação fiscal dos subsídios de trabalho nocturno, os domingos e os feriados após a vitória sobre a França, e considerada, até à sua recente posta em prática como uma conquista social. (...) Hitler melhorou a vida dos arianos comuns à custa do mínimo vital de outras categorias." [26]

O dinheiro espoliado aos judeus da Europa e aos países sob ocupação alemã serviu para o governo nazista financiar a sua política social, que visava favorecer o nível de vida da população ariana. Compreende-se que, após a guerra, tantos alemães tenham admitido em privado que o período mais próspero da sua vida tenha sido sob o governo nazista, inclusivé durante a guerra...

Conclusão

O domínio colonial sobre outros povos tem sempre fornecido as condições indispensáveis para a introdução de sistemas de subjugação e desumanização friamente regulamentados. Foi esse o caso no universo concentracionário da América, onde as potências coloniais inventaram um sistema jurídico dentro do qual a bestialização dos negros, por serem negros, se fazia com toda a legalidade. No século XIX, a colonização britânica da Austrália recomeçou o genocídio cometido na América do Norte.

Na África os povos congolezes sofreram o seu Adolf Hitler encarnado no Rei dos Belgas que, não satisfeito por matar metade das suas populações, cortava a mão aos que tentavam fugir aos trabalhos forçados. [27] Na Namíbia, a Alemanha colonial cometeu o seu primeiro genocídio e tanto posso continuar como ficar por aqui. Há mais do que suficiente para se compreender que a empresa nazista de desumanização se inscreve continuamente e sem interrupção na barbárie colonial.

No fim da guerra as potências coloniais vitoriosas decretaram que o nazismo seria incompreensível e atroz, uma vez que, atrás das suas atrocidades, não havia qualquer racionalidade económica. Tendo sido sempre a motivação utilitária a causa das empresas de desumanização levadas a cabo contra outros povos não-europeus, era absolutamente necessário que a empresa nazista de desumanização fosse desprovida de qualquer motivação utilitária. Daí essa abordagem reducionista que isolou historicamente o nazismo, focando a atenção sobre as atrocidades cometidas pelos nazistas e abstraindo dos factores sem os quais, cada qual deveria sabê-lo, esse desastre horroroso não teria jamais tomado a desproporção que lhe conhecemos.

10/Setembro/2006

- 1- Sobre este assunto veja-se Charles Verlinden, L'esclavage dans l'Europe médiévale, Tome 1 Péninsule Ibérique, France 1955 ; Tome 2 Italie Colonies italiennes du Levant latin Empire Byzantin, 1977.
- 2- Verlinden, L'esclavage dans l'Europe médiévale, Tome 2, especialmente no capítulo II La traite vénitienne et la traite juive, p. 115 e seguintes, e também no capítulo III La traite des eunuques, p. 981 e seguintes. Este livro, impossível de encontrar à venda, pode ser consultado na biblioteca do Centro Pompidou e na da Sorbonne.
- 3- Jacques Heers, Esclaves et domestiques au Moyen Âge dans le monde méditerranéen, Paris, 1981, p. 12.
- 4- Sobre este assunto veja-se Tzvetan Todorov, La conquête de l'Amérique. La question de l'autre, Paris, 1982.
- 5- Veja-se Bartolomé de Las Casas, Brevisima relación de la destrucción de las Indias, Buenos Aires, 1966 e também Historia de las Indias, México, Fondo de Cultura Económica, 1951.
- 6- O leitor poderá consultar com proveito a obra pioneira de Louise Marie Diop Maes, Afrique Noire Démographie Sol et Histoire, Paris, 1996.
- 7- Louis Sala-Molins, Le code noir ou le calvaire de Canaan, Paris, 1987.
- 8- Louis Sala-Molins, Les Misères des Lumières. Sous la Raison, l'outrage, Paris, 1992
- 9- Em 1972, na Colômbia, um grupo de camponeses analfabetos teve de responder em tribunal pelo massacre premeditado de dezoito indígenas, homens, mulheres e crianças. Os acusados foram absolvidos por um júri popular, uma vez que eles não sabiam que matar índios era um pecado, quanto mais um delito. Veja-se sobre este assunto Rosa Amelia Plumelle-Urbe, La férocité blanche Des non-Blancs aux non-Aryens Génocides occultés de 1492 à nos jours, Paris, 2001.
- 10- Sven Lindqvist, [Exterminez toutes ces brutes. L'odyssée d'un homme au cœur de la nuit et les origines du génocide européen](#) , Paris, 1999.
- 11- Aimé Césaire, Discours sur le colonialisme, Paris, 1955.
- 12- Lindqvist, op. cit., p. 189-190.
- 13- Ibid, p. 192.
- 14- Götz Aly e Susanne Heim, Les architectes de l'extermination Auschwitz et la logique de l'anéantissement, Paris, 2006, p. 25-26.
- 15- Consulte-se Diana Lenton, La cuestion de los Indios y el genocidio en los tiempos de Roca : sus repercusiones en la prensa y la politica, SAAP- Sociedad Argentina de Análisis Político www.saap.org.ar/esp/page Veja-se também Osvaldo Bayer, no jornal argentino Página/12, Sábado, 22 de Outubro de 2005.
- 16- Adam Hochschild, Les fantômes du roi Léopold II. Un holocauste oublié, Paris, 1998.
- 17- Ingot Diener, Apartheid ! La cassure, Paris, 1986.
- 18- Benno Muller-Hill, Science nazie, science de mort, Paris, 1989, p. 194.
- 19- Consulte-se Muller-Hill
- 20- Aly et Heim, op. cit., p. 271-272.
- 21- Ibid, p. 267.
- 22- Ibid, p. 289.
- 23- Muller-Hill, op. cit.
- 24- Götz Aly, Comment Hitler a acheté les Allemands, Paris, 2005, p. 172.
- 25- Veja-se Plumelle-Urbe, op. cit.
- 26- Götz Aly, Comment Hitler a acheté les Allemands, p. 9, 28.
- 27- Hochschild, op. cit.

O original encontra-se em

<http://www.afrikara.com/index.php?page=contenu&art=1386>

Tradução de DF.

Este ensaio encontra-se em <http://resistir.info/> .